



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº 05 **(29 de Junho de 2010)**

--Nos termos do disposto do número um do artigo quadragésimo nono da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de Setembro, republicada pela Lei número cinco, traço, A, barra, dois mil e dois, aos vinte e nove dias do mês de Junho do ano de dois mil e dez, reuniu na cidade do Cartaxo e Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal do Cartaxo, sob a Presidência da Mesa, Dr.ª Maria Manuel B. Vitorino de Sousa V. Simão, coadjuvada pelo 1º Secretário, Sr. Fernando Manuel Duarte dos Santos e pela 2ª Secretária, Dr.ª Ana Rita Rodrigues. -----

--Assinaram a "Lista de Presenças" para além dos mencionados, os seguintes Membros da Assembleia:-----

Vasco Manuel Henriques Cunha, PSD-----

Hélia Maria Duarte Monteiro Baptista, PSD-----

Pedro Miguel Carvalho Monteiro, PS -----

Carlos Manuel da Silva Mota, CDU -----

Pedro Miguel Barata Almeida, PSD -----

António Pedro Mendonça Vieira, BE-----

Paulo Jorge Clemente Mota, PSD -----

José Francisco Rodrigues Fernandes, PS -----

Maria Emília da Graça Soares, CDU -----

Jorge Manuel Amorim Pisca, PS -----

Maria Luísa de Freitas Pato Afonso Dias, PSD -----

Hugo Filipe Albuquerque, PS -----

Gonçalo Gaspar, PSD -----

Ana Paula Chaves, PS -----

Maria Odete Cosme, BE -----

Fernando José Bernardes Domingos, PS -----

Rodrigo António Rodrigues, CDU -----

Manuel Luís Salgueiro, PS -----

João Vasco Clemente Mota, PSD-----

Manuel Alfredo Moreira Fabiano, PS-----

Joaquim Edgar de Oliveira, PS-----

Fernando de Jesus Ramos, PS-----

Luís Miguel Inglês Nepomuceno, PS-----

--A Sr.ª Joana Vergas, do PS, apresentou justificação e foi substituída pela Dr.ª Ana Chaves. -----

--O Sr. António Pêgo, do PS, apresentou justificação e foi substituída pelo Sr. Fernando Domingos. -----

--Faltou o Sr. Rogério Santos, do PS e o Sr. José António Sobreira, do PS, que apresentaram justificação. -----

ABERTURA: Verificada a existência de quórum, a Sr.ª Presidente, declarou aberta a presente sessão quando eram dezassete horas e vinte minutos. -----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

A SR.ª SENHORA PRESIDENTE DA AM no uso da sua palavra fez a seguinte intervenção: -----

"Cumprimento todos os membros dos diferentes grupos municipais, comunicação social e o público. -----

Vou pedir para dispensar a votação para a nomeação de um secretário para a Mesa. Uma vez que a 2ª Secretária não pode comparecer e se ninguém se opões, convidada a Dr.ª Ana Rita Rodrigues que venha secretariar a mesa. ---
Vamos passar ao período da ordem do dia, no período antes da ordem do dia, eu queria dar duas informações, estive presente na reunião da assembleia Distrital que decorreu na Nazaré, pela primeira vez, em muitos anos, conseguiu-se que a assembleia tivesse quórum o que permitiu que houvesse uma votação para que fosse aprovado um projecto, cujo estudo arquitectónico já está feito à muitos anos, para que fosse reconstruído, actualizando as necessidades de hoje em dia, recorrendo ao QREN, em que pela parte das autarquias haverá uma contribuição de vinte por cento e os outros oitenta por cento serão da candidatura que foi aprovada por maioria. Foi constituído um grupo de trabalho que irá acompanhar o concurso e depois todas as fases da obra, com elementos quer das assembleias municipais quer dos Presidentes de Câmaras Municipais. Por outro lado, também, estive na reunião do Conselho Consultivo da Associação das Unidades de Saúde, tenho aqui material que tem aver com a saúde no distrito e estará disponível para os senhores deputados consultarem. -----

ACTAS: -----

A SR.ª SENHORA PRESIDENTE DA AM no uso da sua palavra fez a seguinte intervenção: -----

"Antes de passarmos ao período antes da ordem do dia ponho à votação as actas de 17 de Fevereiro e de 25 de Abril, ficando por aprovar a acta de 27 de Abril. Pergunto alguém pretende algum esclarecimento?" -----

O MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Dr. Vasco Cunha(PSD) no uso da sua palavra fez a seguinte intervenção: -

" Muito obrigado, Sra. Presidente, cumprimentar a Mesa, o Executivo, os Deputados Municipais, o público a comunicação social. Na acta nº1 na página 44, na votação de protocolos com as juntas onde iria aparecer as oitos votações diferentes, na acta aparece uma única votação referente à votação dos protocolos sem colocar em causa o texto que aqui está eu votarei a favor da acta mas na acta final pretendia que viesse expressa que esta votação corresponde a oito votações de oito protocolos diferentes". -----

AMEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Prof.ª Emília Soares (CDU) no uso da sua palavra fez a seguinte intervenção: -----

"Boa tarde à excelentíssima Mesa, aos colegas de bancada, ao público e à comunicação social. Eu na passada reunião, em que falamos desta acta, que foi retirada para se fazer uma correcção, na acta de 17 de Fevereiro na página 3, onde diz o Dr. Pedro Mendonça, do BE fez a seguinte intervenção..., não foi o Dr. Pedro Mendonça mas sim a Emília Soares". -----

Não tendo havido mais intervenções passou-se à votação da acta de 17 de Fevereiro tendo sido aprovada com 22 votos a favor, 12 do Grupo do PS, 3 do Grupo da CDU e 7 do Grupo do PSD, 0 votos contra e 3 abstenções, 1 do Grupo do PS e 2 do Grupo do BE.-----

O MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Dr. Pedro Mendonça (BE) no uso da sua palavra fez a seguinte intervenção: -----

"Boa tarde, queria fazer declaração de voto. Nós abtemo-nos por duas razões, a primeira porque quando solicitamos as gravações áudio destas assembleias foi com o intuito de as ouvir com tempo, e o formato é um formato profissional, não é amigo do utilizador, e portanto não podemos aferir a total "veracidade" das actas. Também, sabemos que as actas são importantes para as entidades inspectivas, sabemos que uma destas actas, através de reuniões e telefonemas que fizemos, foi solicitada ou vai ser solicitada, achamos que dois dos temas em discussão foram de uma importância tal que não nos permite votar a favor, em consciência". -----

A SRª. SENHORA PRESIDENTE DA AM no uso da sua palavra fez a seguinte intervenção: -----

"Passamos agora então à votação da acta de 25 de Abril, tenho já aqui duas coisas que não estão bem, na lista de presenças o Sr. António Amendoeira Pego não tem, à frente, qual o grupo municipal a que pertence e depois mais à frente, nas faltas tem que pertence ao grupo do PSD, quando pertence ao PS".

O MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Sr. Carlos Mota (CDU) no uso da sua palavra fez a seguinte intervenção: --

"Vou-me abster porque não estive presente". -----

O MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Dr. Vasco Cunha (PSD) no uso da sua palavra fez a seguinte intervenção: -

"Vou-me abster porque não estive presente". -----

Não havendo mais intervenções passou-se à votação da acta de 25 de Abril tendo sido aprovada com 16 votos a favor, 7 do Grupo do PS, 6 do Grupo do PSD e 3 do Grupo da CDU, 0 votos contra e 9 abstenções, 6 do Grupo do PS, 1 do Grupo do BE, 1 do Grupo da CDU e 1 do Grupo do PSD. -----

A SRª. SENHORA PRESIDENTE DA AM no uso da sua palavra fez a seguinte intervenção: -----

"Passamos agora à leitura das Moções, temos oito propostas entregues na mesa, quatro propostas do BE e quatro propostas do PSD, temos um período de sessenta minutos dos quais já passaram dez" -----

Moção n.º1 (BE) - "José Saramago" (anexo 1) -----

Tendo a Assembleia Municipal deliberado, a proposta foi aprovada com 21 votos a favor, 0 votos contra e 4 abstenções. -----

A MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Engª. Luísa Pato (PSD) no uso da sua palavra fez a seguinte intervenção: -

"Declaração de voto, e aproveitando o último paragrafo da Moção, gostava que ficasse registado em acta que no Ribatejo e nomeadamente no Cartaxo, existe uma pessoa que não considera o Saramago, nem pouco mais ou menos ao nível de um Infante D. Henrique, de um Fernão Magalhães, de um Vasco da Gama, de Luís de Camões, de Fernando Pessoa e, sobretudo, porque o conceito que tinha de liberdade política era muito restrito e portanto não o posso considerar um Ribatejano de renome, muito obrigado". -----

Moção n.º2 (BE) - "Parque Central" (anexo 2) -----

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL no uso da sua palavra fez a seguinte intervenção: -----

"Vamos responder por escrito assim que recebermos os elementos que, também, para nós Câmara, são de preocupação e de utilidade pública fundamentais". -----

Tendo a Assembleia Municipal deliberado, a proposta foi reprovada com 16 votos contra do PS, 4 abstenções do PSD e 5 a favor, 3 do grupo da CDU e 2 do BE. -----

Moção n.º3 (BE) - "PEC" (anexo 3) -----

Tendo a Assembleia Municipal deliberado, a proposta foi reprovada com 19 votos contra, 0 abstenções do PSD e 6 a favor. -----

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL no uso da sua palavra fez a seguinte intervenção: -----

caz.
Falt
B

“Em nome do executivo não tenho nada a ver com o PEC, nem me vou pronunciar sobre tal, apenas quero referir a título de informação a esta Assembleia, que o Município do Cartaxo quando contratualizou as contrapartidas da Ota, até este momento, a regeneração urbana, obras do parque central, a esquadra da PSP, a nova EB2,3 que vai estar em curso entre um a dois meses, os benefícios do âmbito do POPH - programa temático, todas estas vantagens estão neste momento no terreno, contratualizadas, financiadas e a serem pagas. Por isso no que diz respeito ao município do Cartaxo era a informação que queria passar para esta assembleia”. -----

Mocção n.º4 (BE) - “Falta de resposta” (anexo 4)-----

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL no uso da sua palavra fez a seguinte intervenção: -----

“ Responderemos por escrito”. -----

O SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL no uso da sua palavra fez a seguinte intervenção: -----

“A propósito de algumas questões que aqui foram levantadas e colocadas ainda hoje de manhã foram respondidas, esta ultima e muitas outras, nomeadamente lembro-me do mapa de pessoal sempre esteve lá”. -----

A MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Drª. Odete Cosmo (BE) no uso da sua palavra fez a seguinte intervenção: -

“Peço desculpa mas, Sr. Vice-Presidente, nós não estamos a falar do mapa de pessoal, estamos a falar da lista nominativa do pessoal, está lá, mas não abre nada, só lá está o título, a única resposta que deu foi sobre as horas extraordinárias, mais nada”. -----

O MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Dr. Pedro Mendonça (BE) no uso da sua palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Só para solicitar ao Sr. Presidente, que ao responder por escrito por uma vez cumpra o prazo legal, por favor”. --

O SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL no uso da sua palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Em relação à última questão, que já foi respondida por escrito, creio que já terá sido enviado, mas tem a ver com uma diferença de 5% que está relacionada com o acompanhamento da obra, esta diferença, isso está plasmado no artigo do contrato que foi presente, mas está respondido por escrito”. -----

O MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Dr. Pedro Mendonça (BE) no uso da sua palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Ainda não me chegou nada, sobre este assunto o que me chegou é que eram considerações do BE”. -----

A SRª. SENHORA PRESIDENTE DA AM no uso da sua palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Como os votos a favor e os votos contra são 11, eu, como voto que tenho de qualidade vou ter que exercer essa função, não podendo ir contra aquilo que já votei e vou-me abster”. -----

O MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Dr. Pedro Mendonça (BE) no uso da sua palavra: -----

“Esta Moção era para exortar a legalidade no concelho do Cartaxo, não tem uma aplicação prática, o Executivo, apesar de todo o que temos solicitado na oposição para que responda às questões, apesar de nós na oposição sempre que solicitamos à senhora presidente, todos os esclarecimentos, a senhora presidente responde mesmo quando nada tem para nos dizer e portanto, compreendendo que a Srª. Presidente não pode ser obrigada a votar nem contra, nem a favor de uma coisa que se abstém eu julgo que ficará um empate para a história. Não pode. Então Sr. Presidente, Boa Sorte”. -----

A SRª. SENHORA PRESIDENTE DA AM no uso da sua palavra fez a seguinte intervenção: -----

“ Então eu vou votar contra.” -----

Tendo a Assembleia Municipal deliberado, a Proposta foi reprovada com 12 votos contra, 1 abstenções do PSD e 11 a favor. -----

Mocção n.º5 (PSD) - “Mega Agrupamentos, Mocção de Protesto”(anexo nº5)-----

O SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL no uso da sua palavra fez a seguinte intervenção: -----

“ Em relação a este tema ninguém do Executivo foi chamado ao Ministério da Educação. Nós é que estimulamos o Ministério da Educação para que nos ouvissem acerca das necessidades e evoluções que o concelho necessita de implementar depois de ouvirmos os directores de Agrupamentos e de Escola Secundária no nosso caso, e esta aproximação do executivo, nomeadamente na minha pessoa, iniciou-se no final de Novembro, sensivelmente, por ocasião do encerramento da Escola dos Casais da Amendoeira e desta criação de unidades de gestão. O nosso Concelho, quer numa ou de outra circunstância, tudo aponta, para se enquadrar numa situação de excepção, quer relativamente ao fecho da Escola dos Casais da Amendoeira, concretamente, e isto porque foram por nós apresentadas questões muito práticas e objectivas, nomeadamente, que têm a ver com a impossibilidade de compatibilização de meios físicos com a escola de Pontével para a recepção de 16 alunos que temos nos Casais da Amendoeira. Por outro lado, e fruto do Parque Escolar estar em expansão, evolução, as obras em Pontével iniciarão ainda este verão com a Escola e Jardim-de-Infância, com as duas valências a serem lançadas, o que se traduz num enquadramento de integração. Por outro lado, e muito rapidamente, e em relação às unidades de gestão, da nossa parte um empurrar para a frente da decisão final, isto porque, numa forma assertiva e de algumas aproximações até de uma forma veemente, entendemos que é preciso, inicialmente, dentro da nossa casa, dentro do nosso concelho arrumar as coisas e metermos os parceiros/Autarquia e, ao fim ao cabo, líderes das Escolas todos a conversar sobre o tema e a chegarmos a uma solução óptima, porque, todos nós sabemos que esta adopção de uma unidade de gestão vai degenerar numa estrutura que é na prática compatível, vão aumentar as horas de assessoria, os agrupamentos, como os conhecemos, desaparecem mas o que nós pretendemos é que, ao fim ao cabo, no resultado final as coisas fiquem na mesma, que o ensino resulte, que caminhe de uma forma estável, que sirva as nossas crianças. Estou convencido, que fruto desta nossa abordagem, fruto desta aproximação e até aceitação por parte do ministério, o Sr. Ministro, o Sr. Secretário de Estado e a própria DREL que em Novembro, Dezembro, estaremos em condições para fazer uma passagem tranquila adoptando estes critérios de estabilidade e de Servir as crianças do nosso concelho a comodidade dos pais, do pessoal docente e não docente. Este foi o acordo que ficou firmado que afim ao cabo vai presidir todo este caminho até chegarmos à altura em que estaremos preparados para a alteração mantendo no entanto aqui o conselho de Gestão de todas as escolas do Concelho. -----

A MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Dra. Hélia Baptista (PSD) no uso da sua palavra fez a seguinte intervenção:-----

“Está de acordo que não houve uma discussão, um debate amplo sobre este assunto e que merecia, deveria ter sido promovido pelo Ministério, deveria ter sido discutido na escola, não lhe parece”? -----

A MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Prof.ª Emília Soares (CDU) no uso da sua palavra fez a seguinte intervenção:-----

“ Queria saber se o conselho Municipal de Educação se funciona ou não funciona, se foi ouvido ou não foi ouvido para se pronunciar sobre esta matéria para que, alguém da câmara que fosse estar nessa reunião, para que pudesse estar mais documentado para saber as respostas a dar, pelo menos se têm reunido ou não”: -----

O SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL no uso da sua palavra fez a seguinte intervenção:-----

“Sobre este tema o Conselho Municipal de Educação não se reuniu, até porque, e tal como referi, a janela de oportunidade, para o debate, para a troca de ideias, para perceber o que é melhor para o nosso Concelho acabou de começar, e ao fim ao cabo as nossas diligências iam ser retomadas, inicialmente com os directores de agrupamento, com os coordenadores de escola e com o subdirector, enfim, com toda a estrutura e liderança de cada um dos agrupamentos, e escola secundária. Depois e aí, o conselho municipal de educação terá o seu espaço de debate e afirmação de ideias como órgão que aconselha há-de ter essa janela de tempo, para que em Novembro

e até lá nós saibamos o que é melhor para o nosso concelho tendo como premissas o que está categoricamente definido no tal documento com força de lei e que nós teremos de cumprir". -----

A MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Prof.ª Emília Soares (CDU) no uso da sua palavra fez a seguinte intervenção: -----

"Só espero que o PS não vá fazer a mesma coisa que fez com os agrupamentos e que realmente foram quase como uma imposição tanto para professores como para toda a gente. Foram logo a correr mal o Ministério vinha com ideia, portanto, é preciso cuidado com aquilo que se vai fazer, e não podemos esquecer que o nosso concelho, embora próximo de Lisboa, já tem freguesias a sofrer de desertificação". -----

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL no uso da sua palavra fez a seguinte intervenção: -----

"Já ficou claro que o responsável pelo pelouro, o nosso Vice-Presidente da Câmara, tem feito todo o possível para encaminhar este processo no sentido de garantir não só o encerramento de uma única escola que seja, até porque esse é um princípio nosso, naturalmente que temos o princípio também, quando os centros escolares, nomeadamente o de Pontével e a Escola EB2,3 tiverem a funcionar. Há condições que permitem de forma capaz, moderna e que garantem o bem-estar da nossa comunidade educativa e aí sim, pode haver eventualmente alguma mudança, mas até lá o nosso princípio é de firmeza e de luta contra qualquer encerramento de escolas do 1º ciclo., Deixem-me dizer-vos e de forma muito clara, e não estou aqui para influenciar qualquer tendência de voto, sou radicalmente contra o encerramento neste Município de qualquer dependência escolar nas condições que existem, ou seja, não temos condições para dar qualidade de vida às nossas crianças, aos nossos jovens dentro daquilo que são as nossas escolas para permitir qualquer encerramento escolar antes de estarem concluídos o centro escolar de Pontével e a EB2,3. Por outro lado, quero deixar aqui a minha opinião pessoal e política que, também, é a do Vice-Presidente, e foi discutido em Reunião de Câmara, sou também contra aquilo que está a acontecer em termos de política educativa que é a junção dos dois agrupamentos escolares, penso que é o retrocesso, que não simboliza para o nosso Concelho uma mais-valia e um bem-estar acrescido, tal como tem acontecido em termos de saúde, tal como tem acontecido em termos de segurança, acho que devíamos manter o modelo territorial a norte e a sul do Concelho. -----

A existência das extensões de saúde D. Sancho assim como a Terra Viva, as extensões de saúde que aglutinam as cidades e as freguesias contíguas, assim como no ponto de vista da segurança, a existência da PSP a servir a cidade e da GNR a servir as freguesias rurais, também na educação sou defensor da existência dos dois agrupamentos educativos, o Marcelino Mesquita e o D. Sancho, tem funcionado bem, devem imperar, devem manter-se. Acho que estas medidas de política educativa não podem ser cegas, devem respeitar aquilo que é o território, aquilo que são as realidades locais, regionais, e por isso, é que há interior nas regiões e aí se calhar faz todo o sentido haver uma unidade de gestão, há zonas de agrupamentos em termos de área metropolitana onde faz sentido fazer a fusão e existir uma unidade de gestão mas não é definitivamente o caso do município do Cartaxo, que está bem gerido, que tem do ponto de vista de política educativa uma de dois agrupamentos sólidos à semelhança da saúde e segurança, também na educação esta realidade deve manter-se, esta é a posição autárquica, é aquilo que eu e este executivo defendemos independentemente de qualquer que seja o governo da república que esteja a liderar sobre esta área, e naturalmente que tudo se altere e tudo fique na mesma no caso do município do Cartaxo, vai ser essa a nossa luta, vai ser essa a nossa marcha". -----

OMEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Sr. José Francisco (PS) no uso da sua palavra fez a seguinte intervenção: --

"A localidade dos Casais da Amendoeira não tem só 16 alunos nas escolas, na escola dos Casais da Amendoeira estão só 16 alunos porque, esta não tem condições para receber os outros, isto porque os pais trabalham, muito deles em Lisboa e saem cedo, tendo que levar os filhos com eles porque se fossem criadas as condições teria 23

alunos. Essas condições seriam alguém que entrasse um pouco mais cedo para não ficarem ali à deriva, à entrada do portão". -----

A MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Dra. Hélia Baptista (PSD) no uso da sua palavra fez a seguinte intervenção: -----

"Estou inteiramente de acordo com o nosso Presidente, mas o que o ministério quer fazer não é a fusão dos dois agrupamentos mas sim um mega agrupamento no concelho do Cartaxo". -----

O MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Dr. Vasco Cunha (PSD) no uso da sua palavra fez a seguinte intervenção: -

" Só para acrescentar que em relação a esta Moção que propomos não está em causa a gestão, está, sobretudo a forma arbitrária como o ministério da educação está a gerir este processo, e aquilo que eu pedia adicionalmente é que, caso seja aprovada pela assembleia que ela fosse dirigida ao ministério da educação para terem conhecimento qual foi a posição". -----

Tendo a Assembleia Municipal deliberado, a Moção foi aprovada por unanimidade.-----

Moção n.º6 (PSD) - "Revisão da Carta Educativa do Cartaxo"(anexo nº6)-----

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL no uso da sua palavra fez a seguinte intervenção: -----

" A política é feita das circunstâncias, decisões e a experiência política leva-me a que, neste momento acho que essa proposta não deve ser aprovada, simplesmente por uma razão acho que à que aguardar e vou-vos dar um exemplo que me parece importante. Esta assembleia, em tempos houve também, quando foi a questão GNR/PSP, quem defendesse que a GNR poderia ter um destacamento em Pontével, eu tive o cuidado de referir que, enquanto não estivesse assegurado a manutenção das duas forças no concelho, nós deveríamos ter cautela e aguardar, essa proposta faz-me ir no mesmo sentido, ou seja, uma vez que me parece que ainda há uma grande indecisão executiva na concretização em termos daquilo que possa ser a evolução futura da lei ou da prática da lei nessa matéria, eu, neste momento à cautela, aguardava. Não me parece ser este o momento, se há momentos em que tal viesse a acontecer, não me parece ser este o momento para avançar com essa proposta, é a posição do presidente da câmara e do executivo, parece-me, pelo menos da maioria do executivo".

Tendo a Assembleia Municipal deliberado, a Moção foi reprovada com 14 votos contra, 5 abstenções, 2 do BE e 3 da CDU e 7 a favor. -----

Moção n.º7 (PSD) - "Documentação para Assembleias de Freguesia"(anexo nº7) -----

SENHORA PRESIDENTE, leu a Moção (que se anexa) do grupo do PSD, relativo à questão da documentação para Assembleias de Freguesia. -----

O MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Sr. Paulo Mota (PSD) no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

"Gostávamos que os respectivos presidentes das juntas se manifestassem sobre este assunto".-----

O MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Sr. Manuel Alfredo (PS) no uso da sua palavra fez a seguinte intervenção:

"Boa tarde a todos. Na Assembleia de Freguesia realizada ontem foram colocados ao dispor da Assembleia os documentos atrás referidos." -----

O MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Sr. Manuel Luís Salgueiro(PS) no uso da sua palavra fez a seguinte intervenção: -----

" Manuel Luís Salgueiro cumpre-me dizer que já a alguns anos que cumpro o que está determinado por lei", -----

O MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Sr. Fernando Ramos (PS) no uso da sua palavra fez a seguinte intervenção: -----

"Gostaria de cumprimentar a mesa, Sr. Presidente da Câmara, Srs. vereadores, colegas deputados Comunicação social e público.-----

29.
Fol
B

--Eu penso que esta moção, pelo aquilo que se pode ler no final, que diz o seguinte: de acordo com a informação de muitos autarcas eleitos nas freguesias do concelho, esta prática não é uma realidade nas oito assembleias de freguesia do concelho do Cartaxo, mas depois lê-se, Atendendo ao exposto os deputados do PSD na Assembleia Municipal do Cartaxo propõem que seja aprovado esta moção desafiando, particularmente as juntas de Freguesia lideradas pelo PS."-----

A MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Dr^a. Odete Cosme (BE) no uso da sua palavra fez a seguinte intervenção:

"As delegações de competência da Câmara para as juntas, estas deveriam ser acompanhadas por um mapa onde a Junta de Freguesia teria de se substituir à Câmara na obra que tinha que fazer por ela e essas obras teriam que estar incluídas no PPI do Município. E é essa informação que não aparece, pelo menos na Junta de Freguesia do Cartaxo, da qual eu também faço parte na Assembleia de Freguesia, não está".-----

O MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Sr. Paulo Mota (PSD) no uso da sua palavra fez a seguinte intervenção: ---

"Nós concordamos com o que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vale da Pinta disse. Agora há qualquer coisa que nos espanta porque os eleitos na Junta de Freguesia da Ereira, liderados pelo Dr. Pedro Ribeiro, presidente da concelhia do PS, que estava presente, apresentaram noções nesse sentido ficando a dúvida se este acto é contínuo em todas as Assembleias de Freguesia, em todas as Juntas de Freguesia, é aqui que queríamos que este procedimento legal fosse partilhado pelas oito freguesias do Concelho".-----

O MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Eng. Pedro Barata (PSD) no uso da sua palavra fez a seguinte intervenção:

"Muito obrigada Sr. Presidente, cumprimentar o Executivo, todos os companheiros da assembleia, público e comunicação social.-----

Eu, hoje, infelizmente vou ter que fazer esta intervenção, mas fico muito triste quando algumas pessoas me desiludem, aquilo que aconteceu em algumas assembleias de freguesia, ultimamente, foi a presença, com a qual até me congratulei, do presidente da renovada estrutura socialista, mas que pelos vistos os vícios antigos continua a apresentar, os elogios feitos por representantes da estrutura Socialista às Freguesias de Valada, Ereira Vale da Pinta, Lapa e Pontével, e ao mesmo tempo em tempos diferentes a crítica feita às mesmas pelos mesmos representantes".-----

A SR^a. SENHORA PRESIDENTE DA AM no uso da sua palavra fez a seguinte intervenção:-----

" Eu, como gestora do tempo e como presidente da mesa, eu tenho que fazer cumprir com o que está estipulado, o tempo está esgotado, assim não vou permitir que seja feita a intervenção do Gonçalo Gaspar."-----

A pedido da Sr.^a Presidente da Assembleia foi votada a Moção que estava na mesa tendo como resultado: contra 15 e a favor 12. A moção foi recusada.-----

O MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Dr. Vasco Cunha (PSD) no uso da sua palavra fez a seguinte intervenção: -

Declaração de voto:-----

"Muito obrigado Sr. Presidente, só para dizer que, em nome do PSD que me congratulo pelo facto de esta moção ter sido recusada na Assembleia Municipal do Cartaxo, e digo-lhe porquê, porque o texto desta Moção é igualzinho ao texto da Moção que foi apresentada pelo grupo do PS na Freguesia da Ereira, portanto percebo agora que aquilo que o partido socialista quer na assembleia municipal é diferente do que o PS quer na freguesia da Ereira. Muito Obrigado".-----

Moção n.º8 (PSD) - "Voto de Congratulação" (anexo nº 8)-----

A SENHORA PRESIDENTE, leu a Moção (que se anexa) do grupo do PSD, relativo ao voto de Congratulação.-----

Não havendo nenhuma intervenção, a pedido da Sr.^a Presidente da Assembleia foi votada a Moção que estava na mesa tendo sido aprovada por unanimidade.-----

Terminado o período de antes da ordem do dia passou-se ao período de intervenção do público não tendo havido nenhuma inscrição pelo que não houve qualquer intervenção. -----

De seguida deu entrada um requerimento da bancada do Partido Socialista com o seguinte teor: "suspensão dos trabalhos entre as 19h30 e as 21h 30" devido à realização de uma importante jornada desportiva em Portugal. Selecção Nacional de Futebol. -----

O MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Sr. Carlos Mota (CDU) no uso da sua palavra fez a seguinte intervenção: --
"Eu pedia à Sr. Presidente que dessa informação à Assembleia daquilo que foi conversado com a Sr. Presidente pelos líderes de bancadas, de que nós estávamos a tentar resolver o problema de outra forma e portanto, pedia à Sr. Presidente que informasse os colegas". -----

O MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Dr. Pedro Mendonça (BE) no uso da sua palavra fez a seguinte intervenção: -----

"Faço minhas as palavras do Carlos Mota da CDU, parece-me completamente extemporâneo estarmos a fazer intervalos para ver a bola, posso não concordar com data mas prefiro que sejamos rápidos naquilo que estamos a fazer. -----

Após algum diálogo o Deputado Fernando Ramos solicitou que fosse retirado o requerimento não tendo sido necessária qualquer votação. -----

Passou-se ao período do público que também pelo facto de não ter havido qualquer inscrição nas 48 horas anteriores à Assembleia também não teve efeito passando-se assim à Ordem do Dia. -----

ORDEM DO DIA

SENHORA PRESIDENTE: -----

"PONTO 1.

Apreciação do Relatório de Síntese e Actividade e Situação Financeira da Câmara Municipal relativo a 1 de Janeiro e 31 de Maio de 2010 ao abrigo da alínea E, do Art. 53 da Lei nº 169 de 99 com as últimas alterações introduzidas pela Lei 5A/2002 de 11 de Janeiro, para conhecimento". -----

O MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Dr. Vasco Cunha (PSD) no uso da sua palavra fez a seguinte intervenção: -
" Muito obrigado, Sr. Presidente, tão sucinto quanto possível, relativamente a este relatório pedir que na página 11 onde está a situação financeira da autarquia se era possível que o Executivo me fizesse chegar esclarecimentos sobre o aumento da dívida que neste momento temos quer a terceiros a médio longo prazo, quer sobretudo no curto prazo. Eu Já havia pedido esta informação na primeira Assembleia Municipal deste ano e na altura o executivo municipal, através do Sr. Presidente, disse-me que faria chegar essa informação por escrito, como não a recebi até ao momento, agradecia que entretanto adicionassem este novo aumento de mais alguns milhões de euros para poderem facultar essa informação por escrito até à próxima data possível". -----

A MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Dra. Odete Cosme (BE) no uso da sua palavra fez a seguinte intervenção: -
"Sr. Presidente, no seguimento daquilo que o Deputado Vasco Cunha disse, também nós gostaríamos de ter um esclarecimento por parte do executivo do aumento da dívida de 38 milhões para 41 milhões de euros quando já entraram os 3,5 milhões da verba da venda das águas, portanto, quer dizer que a dívida subiu não 3 milhões mas 6 milhões, gostaríamos de saber, também o que se passa com o Gabinete do Médico Veterinário sabemos que o veterinário municipal se reformou, neste relatório síntese não vem lá qualquer indicação de actividade neste gabinete e gostávamos de saber o que se está a passar. Queríamos também saber se já efectuaram o pagamento à Ecolezíria dado que, só em 2009, por aquilo que podemos apurar pela prestação de contas, dos nossos impostos foram recebidos 295 mil euros, porque são taxas que vêm nos nossos recibos da água, os resíduos sólidos e pelo menos este dinheiro deveria ter sido entregue à Ecolezíria, já para não falar dos outros 2 milhões. Queríamos

também saber porque é que não consta qualquer actividade do Centro Cultural neste relatório síntese da actividade municipal e gostaríamos que o Sr. Presidente ou o Executivo nos desse resposta a tudo que deixamos ficar de perguntas na assembleia municipal de Abril sobre a prestação de contas, em que o Sr. Presidente o que nos disse foi que aquilo eram comentários do BE e que não mereciam qualquer justificação ou esclarecimento. O Sr. Presidente não estava presente nessa assembleia as perguntas foram feitas ao Sr. Vice-presidente que se comprometeu e deu a palavra de honra que esclareceria tudo por escrito. Ficamos a aguardar, de uma vez por todas, esses esclarecimentos e como o meu colega já disse, dentro do prazo legal". -----

A MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Eng^a. Luísa Pato (PSD) no uso da sua palavra fez a seguinte intervenção: --

"Sr. Presidente, era só para conseguir obter algumas informações aqui na página 23 do relatório que se prendem com o arranjo do Largo da Travessa Boa Vista, no Cartaxo, realmente costumo passar por lá e não dei por nada com arranjo urbanístico e portanto gostava de saber que tipo de intervenção é que foi feita, e outra é também no projecto que é a remodelação urbanística da Rua Mouzinho de Albuquerque, no Cartaxo, que também é objecto de um projecto de arquitectura, e farto-me de olhar para lá e não consigo ver lá nenhuma alteração, era para saber exactamente em que zona é que foi Intervencionada". -----

AMEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Prof^a. Emília Soares (CDU) no uso da sua palavra fez a seguinte intervenção: -----

"Eu gostaria de pôr uma situação que várias vezes aqui foi referida, por nós da CDU, que tem aver com recolha dos ecopontos em que, de facto, todas as semanas há imensos resíduos fora dos contentores porque não chegam, o lixo é muito, visto que, como referiu a deputada Odete Cosmo, nós de facto, todos os meses na nossa conta da água aparece a conta do saneamento e do lixo, e de facto esse dinheiro deveria de ser para pagar, se não está pago, se calhar por isso é que não fazem os serviços tão atempadamente". -----

Seguidamente a Prof.^a Emília lê uma recomendação referente à rede viária do Concelho. **(Anexo nº 9)** -----

O MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Dr. Pedro Mendonça (BE) no uso da sua palavra fez a seguinte intervenção: -----

"Em relação ao Museu Rural e do Vinho, tenho algumas questões que gostava de ver esclarecidas. A primeira é relacionada com o sistema das entradas: qual é o sistema utilizado que credibiliza este quantitativo das entradas? Depois gostava de saber como é que se pagam de seis em seis meses 60 mil euros à empresa do Dr. Nabais quando não existe, sequer um projecto educativo para o Museu Rural e do Vinho sendo muito diminuto o número de crianças que visita o museu? Por essa razão estranho que hajam dois Directores neste Museu, nunca vi nenhuma nomeação, gostava de ser esclarecido sobre o funcionamento do Museu Rural e do Vinho, quem lá trabalha, o que faz, que projectos educativos, que ligação tem ao pelouro da educação, que publicidade faz junto de outras autarquias, a sensação que dá, vendo este relatório, é que o museu está cada vez mais parado, sem projecto educativo, e caso não possa responder por escrito ou oralmente nesta assembleia gostaríamos de marcar uma visita com membros representantes desta assembleia, ao Museu par nos inteirarmos de uma situação que é cada vez mais dúbia para não dizer esquisita". -----

O SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL no uso da sua palavra fez a seguinte intervenção: -----

"As dúvidas apresentadas, mais uma vez, nós apresentaremos as respostas por escrito". -----

Foi dito pela Sr.^a Presidente que não havendo mais intervenções se passaria então ao Ponto 2 – Alteração do Mapa de Pessoal de 2010 aprovado na Sessão da Assembleia Municipal de 10 do Dezembro de 2009. -----

O MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Sr. Carlos Mota (CDU) no uso da sua palavra fez a seguinte intervenção: --

"Carlos Mota da CDU, acerca desta proposta, começamos por ter sérias dúvidas no que respeita à equidade desta alteração, não só, em termos específicos, estamos a falar de uma transferência de um bombeiro de 3^a classe que

não tem nenhuma formação específica, não nos parece que se justifique uma alteração ao quadro para a entrada de uma pessoa sem nenhuma competência especial. Como não foi apresentada nenhuma explicação técnica a CDU vai votar contra. Quando há situações bem mais urgentes como é o caso do Médico Veterinário". -----

A MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Dr.ª. Odete Cosme (BE) no uso da sua palavra fez a seguinte intervenção: -

"Queria aqui esclarecer que liguei para a Câmara de Alpiarça, perguntei desde quando é que este senhor. Está ao serviço da Câmara (está desde 2002), perguntei se tinha formação específica (não, tem formação básica) e haviam três lugares criados, no mapa de pessoal ao abrigo do imposto pelo decreto de lei 59 de 2008, portanto estes três lugares teriam que estar criados porque haveria pessoal em regime de contrato que acima dos cinco anos eram considerados pessoal essencial ao serviço que estavam a prestar. A lei obriga, quando isso acontece, que sejam criados estes três lugares. A minha pergunta é: porque é que não foram providos, desde essa altura, estes três lugares e está a ser privilegiada a transferência de um senhor que vem de outro concelho, para a nossa autarquia. Será que este senhor não tem nada a ver com a vinda do senhor secretário, Sr. Manuel Colhe que também vem do município de Alpiarça"? -----

A MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Dra. Hélia Baptista (PSD) no uso da sua palavra fez a seguinte intervenção: -----

"O que tenho a dizer se calhar é descabido, mas o Sr. Vice-presidente o dirá, é que alguém terá dito que esse senhor. Já está a trabalhar na Câmara, não é verdade? É que se está a trabalhar na Câmara é completamente extemporâneo estar a votar isto, quer dizer, pode ser só uma regularização vossa". -----

O SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL no uso da sua palavra fez a seguinte intervenção: -----

"Obrigada, Sr. Presidente, em resposta à questão colocada pela Sr.ª Deputada Odete Cosme a resposta é não. Em relação à questão apresentada pela Dr.ª Hélia a resposta também é não. O único critério que reside aqui é exactamente o suprimento de uma necessidade que foi levantada e aprovada em Dezembro quando aqui a aprovação do quadro de pessoal, neste caso as vagas que foram inicialmente previstas, essas três, estariam ao abrigo da 59/2008 e com o respectivo procedimento concursal a ser tramitado exactamente nesses moldes, todas as restantes necessidades estão em quadro de pessoal, isto é um acréscimo, para além daquelas vagas que já estão ocupadas, por isso é só uma questão de, respondendo às necessidades, confiar no parecer do tema do Comandante dos Bombeiros Municipais do Cartaxo". -----

O MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Dr. Pedro Mendonça (BE) no uso da sua palavra fez a seguinte intervenção: -----

"Estas três vagas foram ou não ocupadas"? -----

O MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Carlos Mota (CDU) no uso da sua palavra fez a seguinte intervenção: -----

"Ainda na linha que disse há pouco, nenhum de nós é Bombeiro, nem de 1ª, nem de 2ª, nem de 3ª mas os responsáveis políticos têm de tomar decisões. Entendo que foi com base num parecer técnico do comandante dos bombeiros mas, eu não conheço esse parecer técnico e queria conhecer". -----

O MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Dr.ª. Odete Cosme (BE) no uso da sua palavra fez a seguinte intervenção:

"Fiquei sem perceber a sua resposta, a sua resposta é não, não a quê, é que pus mais do que uma". -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar o Mapa do plano de pessoal para 2010, com 14 votos a favor do Grupo do PS, 5 votos contra, 3 do Grupo da CDU e 2 do Grupo do BE e 7 abstenções do Grupo do PSD. ---

O MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Dr. Vasco Cunha (PSD) no uso da sua palavra fez a seguinte intervenção: -

"O Sr. Presidente ausentou-se há pouco apresentando um argumento até ao final do período antes da ordem do dia, uma vez que já vamos no segundo ponto da ordem do dia eu requeria que alguém lhe fizesse chegar um SMS ou um e-mail para ele poder suspender aquele exercício de solidariedade que ainda à pouco apresentou e regressar

novamente à sala, até porque estamos a falar de coisas que tem a ver com acção do Executivo e ele é o primeiro do Executivo". -----

Ponto 3 – Primeira revisão do orçamento e às grandes opções do plano: PPI e AMR de 2010 para deliberação. ----

A MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Dra. Odete Cosme (BE) no uso da sua palavra fez a seguinte intervenção:

"Queria colocar uma questão. Na documentação que nos chegou, está uma informação da técnica Ana Margarida Ferreira e no antepenúltimo parágrafo diz assim: em relação às alíneas e) e d) dos pontos primeiro e terceiro e no sentido de reformular o PPI conforme indicação dos ofícios 3346/2010, 6575 e 6391/2009 em que são anulados os concursos de estradas e caminhos de arruamentos principais a beneficiação da Estrada Nacional do Cartaxo Setil, a beneficiação de pavimentos para 2009. Discrepância entre a informação recebida e a informação dada pelo Tribunal de Contas através da Dr.ª Ana Luísa Nunes". -----

O MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Dr. Vasco Cunha (PSD) no uso da sua palavra fez a seguinte intervenção: -

"Só para recordar que este ponto consta na nesta ordem de trabalhos porque na última Assembleia que aqui tivemos, conseguimos à última da hora fazer a aprovação que havia necessidade de aplicar o saldo de gerência do ano anterior. Referir, ainda, relativamente ao que é proposto que não temos nada a obstar, em todo o caso como temos várias dúvidas relativamente a estes processos do tribunal de contas iremos votar contra desta aplicação de resultados e as mexidas que aqui estão". -----

O SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL no uso da sua palavra fez a seguinte intervenção: -----

"Quanto à dúvida colocada pela Sr.ª Deputada Dr.ª Odete Cosme apenas quero informar que os processos não estão anulados mas sim em curso a viabilidade de respostas à devolução de visto para o Tribunal de Contas". -----

A MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Dr.ª. Odete Cosme (BE) no uso da sua palavra fez a seguinte intervenção: -

"Sr. Vice-Presidente então desconhece os documentos que foram enviados pelo Executivo, porque nos documentos vem lá a dizer que os processos foram anulados". -----

Sr. Vice-presidente não respondeu pelo que seguiu-se a votação. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a Primeira revisão do orçamento e às grandes opções do plano: PPI e AMR de 201, com 15 votos a favor do PS, 11 votos contra, 11 votos contra, 6 do Grupo do PSD, 3 do Grupo da CDU e 2 do Grupo do BE e 1 abstenção do Grupo do PSD. -----

Ponto 4 – Alteração ao PDM Cartaxo -----

O MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Eng.ª. Luísa Pato (PSD) no uso da sua palavra fez a seguinte intervenção: -

"A leitura que o PSD faz deste documento é que realmente andamos sempre atrasados, o PSD vai abster-se nesta votação porque as alterações que são impostas pelo PROTE tem incidência imediata sobre o PDM, não deixamos de fazer o reparo de que esta alteração deveria ter sido feita atempadamente e teria que ser publicado no diário da república até 11-03-2010, portanto lamentamos o atraso a que este documento chega a análise e votação da assembleia municipal, de resto não temos mais nada a opor já que as alterações provêm de um projecto supra municipal". -----

O MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Dr. Pedro Mendonça (BE) no uso da sua palavra fez a seguinte intervenção: -----

"Reforço o que a Sr.ª Eng.ª Luísa Pato disse, esta alteração já deveria ter vindo a assembleia, a técnica assinou pela primeira vez a 9 de Fevereiro, depois o engenheiro Leal concordou, despachou a 12 de Fevereiro e o Sr. Vice-Presidente assina mas não se percebe a data. Pergunto quando datou este documento e porque demorou tanto tempo a vir a esta casa". -----

AMEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Prof.ª Emília Soares (CDU) no uso da sua palavra fez a seguinte intervenção: -----

"Precisamente,também pelos prazos não cumprido e outra coisa que gostaria de ver, é que este documento não nos diz o que estava anteriormente para se saber o que se está a alterar, assim sendo abstermo-nos".-----

O SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL no uso da sua palavra fez a seguinte intervenção:-----

"O despacho é do dia 18 e as razões para este atraso tiveram a ver com atrasos na tramitação entre nós e CCDR que careceram aqui de um aprofundamento e resposta a 18-02-2010, o que levou a um arrastar do procedimento e só na reunião da semana passada é que todos os assuntos e temas ficaram esclarecidos, para que todo o articulado fosse de acordo com todas as imposições que estão feitas pela própria CCDR, que na altura nem tinham pessoal técnico para apreciar a nossa proposta, houve uma série de descoordenações e lapsos que ficaram resolvidas na semana passada".-----

A MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Drª. Odete Cosme (BE) no uso da sua palavra fez a seguinte intervenção: -

"Eu queria aqui referir que aquilo que a CCDR disse para a aplicação deste PROTE-VT é vinculativo, independentemente das reuniões que existam, houve uma assembleia em Abril e o documento não foi lá".-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a Alteração do PDM Cartaxo por adaptação ao PTOTOVT, com 14 votos a favor do Grupo do PS, com 2 votos contra do Grupo do BE e com 9 abstenções, 6 do Grupo do PSD e 3 do Grupo da CDU.-----

PONTO 5 – Prestação de Contas do Exercício de 2009 da Rumo 2020,EM.-----

O MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Dr. Pedro Mendonça (BE) no uso da sua palavra fez a seguinte intervenção:-----

"Tenho uma observação a fazer e uma questão, também, a fazer, a observação é pela simplicidade destas contas, são vinte páginas porque não vieram no prazo legal? A Rumo tem funcionários e quantos são"?-----

O MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Dr. Vasco Cunha (PSD) no uso da sua palavra fez a seguinte intervenção: -

"Agradecer ao Executivo a entrega destas contas à Assembleia Municipal, aliás é uma obrigação que o Executivo.-- O Executivo pronunciou-se esta manhã sobre os resultados, nós na assembleia municipal não nos temos que pronunciar sobre isto, mas queria fazer referencia apenas a dois indicadores que estão nestas contas, em primeiro lugar a câmara tem uma dívida total que já ultrapassa 41 milhões de euros a empresa municipal representa cerca de 3milhoes e 300 mil euros se tivéssemos de consolidar a dívida estaríamos a falar perto de 45 milhões de euros de dívidas, a segunda tem a ver com os encargos financeiros que a empresa municipal já tem e até ao momento não tem nenhum projecto executado.-----

A MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Drª. Odete Cosme (BE) no uso da sua palavra fez a seguinte intervenção: -

"Tem Previsto para execução orçamental subsídios de exploração do CREN 2 milhões de euros, e o Real é zero, Gostaria de saber o porquê. Tem previsto para custos de pessoal 15mil euros, não há pagamento de pessoal na Rumos tirando o ano de 2009? Gostava de saber. Depois a Rumos apresenta um lucro. Houve um ARD entre a Câmara Municipal e a Confisseg. A Confisseg apresentou os estudos à Rumo, é a Rumo a dona da obra porque é que a Rumo teve um lucro tão alto, não pagou à Confisseg e foi a câmara que lhe fez um ARD"?-----

O SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL no uso da sua palavra fez a seguinte intervenção:-----

"Em relação ao atraso teve a ver com alocações no concelho de administração da Rumo e o novo presidente teve que se inteirar de tudo o que se estava a passar naquela empresa. Actualmente a Rumo tem um Funcionário. O ARD tem a ver com o projecto da nova EB2,3.-----

A MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Drª. Odete Cosme (BE) no uso da sua palavra:-----

"O Sr. Vice-Presidente está a dizer que a Rumo tem um funcionário os custos com pessoal, são zero, não pagaram ao funcionário? E também não respondeu sobre os subsídios do QREN".-----

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL no uso da sua palavra fez a seguinte intervenção:-----

Fet

“As contas são certificadas pelo Roque e penso que não há dúvidas a questão da legalidade, não está em causa o ponto de vista contabilístico. Eu propunha que estas questões, do ponto de vista técnico, tivessem uma resposta por escrito, e vamos cumprir com a questão dos prazos legais, porque nos permite responder com rigor, eu pedia que nos fizessem chegar algumas das vossas questões por escrito, nós responderemos por escrito, até porque vamos balizar para os técnicos da área”. -----

A MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Dr.ª Odete Cosme (BE) no uso da sua palavra fez a seguinte intervenção: -

“Só para dizer que concordamos com isso mas gostaríamos de ver respondidas as outras perguntas que nós colocamos e que o Sr. Presidente disse que eram meras considerações do BE”. -----

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL no uso da sua palavra fez a seguinte intervenção: -----

“ Quando referi meras considerações políticas foi a alguns comentários, que apanhei, estava escrito no ponto de vista de observações sobre o crescimento da dívida, questões financeiras. Pediria vos o seguinte, ponham por pontos a duvida efectiva que nós objectivamente respondemos”. -----

A SR.ª SENHORA PRESIDENTE DA AM no uso da sua palavra fez a seguinte intervenção: -----

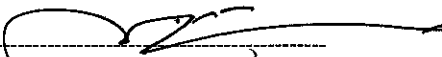
“Antes de dar por encerrada a sessão, propôs que a Assembleia Municipal aprovasse a acta sob a forma de minuta, nos precisos termos do disposto no artigo 92.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, com vista à sua executoriedade imediata. -----

--Tendo a assembleia Municipal deliberado por unanimidade, dos membros presentes aprovar a acta sobre a forma de minuta, nos termos do disposto no artigo 92.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, com vista à sua execução imediata. -----

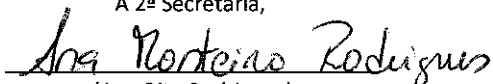
ENCERRAMENTO - Não havendo mais intervenções a Sr.ª Presidente da Mesa da Assembleia deu por encerrada a sessão, às dezanove horas e quarenta minutos. -----

Para constar se lavrou a presente acta, e eu, Ana Rita Rodrigo Monteiro Rodrigues, a redigi e subscrevi, vou assinar junto do Presidente. -----

A Presidente,


(Maria Manuel Simão)

A 2ª Secretária,


(Ana Rita Rodrigues)



anexo 1

7.0
10
ful

MOÇÃO

Poucos portugueses alcançaram ao longo da História a projecção mundial que alcançou José Saramago. Primeiro e até agora único escritor da nossa língua galardoado com o Prémio Nobel da Literatura, traduzido em 43 idiomas, lido em todo o mundo por milhões e milhões de pessoas, distinguido com 24 prémios literários, 47 altas distinções em 14 países e doutorado *honoris causa* por 37 Universidades internacionais.

Juntamente com outros poucos, como Luís de Camões, Fernando Pessoa, o Infante D. Henrique, Vasco da Gama ou Fernão de Magalhães, José Saramago tornou-se dos poucos portugueses que pela sua obra se libertou para sempre do cruel esquecimento que com a Morte vem.

Em 1982, afirmou Saramago:

“Há duas coisas que acontecem de cada vez que um escritor morre. Uma delas é que os seus livros são imediatamente postos nas montras das livrarias. A isto chamo eu ossos *na montra*. Agora moda nova: o escritor morre e tem logo o nome na esquina de uma rua. A rua, que podia continuar a chamar-se lindamente *Rua do Bem-te-quero* ou *Rua da Flor da Rosa*, passa logo a chamar-se Rua Fulano de Tal, do escritor A, B ou C. A essa nova tendência chamo eu *nome à dependura*”.

Esta moção que apresentamos propõe que na próxima revisão da toponímia do Cartaxo lhe seja colocado o seu *nome à dependura* numa esquina de uma Rua do Cartaxo, porque Saramago foi um dos melhores Ribatejanos de sempre e muito mais que um Fulano de Tal ou um qualquer banal construtor de frases que editou livros.

Queremos que se saiba agora e no futuro que aqui no Cartaxo como ele escreveu na epígrafe de “Ensaio sobre a cegueira” *se podemos olhar, vimos, e se podemos ver, reparamos*, e nós reparámos que Saramago não é mas merece ser nome de Rua, Praça, Avenida ou Largo desta Cidade ribatejana.

Os deputados Municipais

Pedro Mendonça / Odete Cosme

27/6/2020



000002

70
ftr

MOÇÃO

O Bloco de Esquerda sempre alertou para o facto de a Obra do Parque Central poder muito possivelmente vir a desvendar vestígios arqueológicos durante o seu andamento. Devido a essa possibilidade e ao respeito que a memória colectiva do Cartaxo nos merece, alertámos em Novembro de 2009 o IGESPAR para a inexistência de arqueólogo contratado e em Dezembro do mesmo ano, os Sr's Presidente e Vice-Presidente da Câmara Municipal em reunião ao abrigo do Estatuto da Oposição para a importância da contratação do mesmo. Reforçámos as nossas preocupações na últimas A..Municipais sem recebermos mais informações sobre este assunto.

Infelizmente, desde o seu início, toda a obra do Parque Central continuou a ser pautada por um nevoeiro pouco democrático e em tudo a antítese do que o Bloco de Esquerda considera serem boas práticas de transparência e de participação dos Cidadãos sobre os assuntos da gestão do bem comum, que a todos diz respeito.

A Obra, como é público acabou por ser suspensa a 19 de Maio último por se terem encontrados vestígios arqueológicos e que a sua paragem aconteceu por solicitação da Arqueóloga que acompanha os trabalhos.

Face à informação pouco credível por carecer de parecer técnico que o Sr. Presidente do Executivo vai dando na Comunicação Social e face à importância para a Cidade que este assunto encerra, o Bloco de Esquerda propõe que o Executivo mantenha informada a Assembleia Municipal sobre a informação que a empresa de arqueologia vá libertando sobre os eventuais achados arqueológicos e que não será retomado o andamento dos trabalhos sem este órgão e os cidadãos serem previamente informados sobre o que efectivamente se encontrou no decorrer dos trabalhos.

Os deputados municipais
Pedro Mendonça / Odete Cosme

25/06/2010

2



Amado 3

Handwritten signatures and initials, including a large 'C' and 'B'.

MOÇÃO

Como resultado do Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) aprovado pelos dois partidos do "bloco central", o governo mandou parar os projectos do IC3 e do IC9, dois troços rodoviários fundamentais para a economia regional e para a criação de emprego. Depois, deixou cair as contrapartidas assumidas aquando da mudança de localização do aeroporto da Ota, enganando autarcas e populações.

A seguir, suspendeu a empreitada de renovação da linha ferroviária entre Mato Miranda e Entroncamento, obra prioritária para a segurança de pessoas e bens e para o tráfego regular de comboios na principal linha ferroviária do País. No campo da saúde e entre outras promessas vãs, prometeu colocar em funcionamento o Serviço de Urgência Básica (SUB) de Coruche sem nada fazer para isso. Finalmente, cortou mais de 5 milhões e meio de euros às autarquias do distrito, fazendo perigar os investimentos e os apoios sociais dos municípios.

Propomos assim a aprovação desta moção que condena estes bloqueios ao desenvolvimento da região, pois só nos levam a mais recessão e a mais desemprego.

Neste momento só o investimento público pode incentivar a economia, rebocar o investimento privado e criar emprego. Investimento público na reabilitação do parque habitacional, na ferrovia, no parque escolar e nos investimentos de proximidade geralmente protagonizados pelas autarquias.

Só com investimentos se pode criar empregos. Baixar salários, aumentar impostos, baixar apoios sociais a quem trabalha e a quem mais precisa, são medidas que representam um sinal de profunda insensibilidade social. É que, ao mesmo tempo que estes sacrifícios são impostos aos cidadãos, incluindo os que têm menores rendimentos, os privilégios dos mais poderosos, os prémios dos "Mexias", a fuga do dinheiro para os offshore, as fortunas acumuladas e os gastos astronómicos com submarinos permanecem intocados.

A opção de PS e PSD não é dividir os sacrifícios por todos, é pôr os mesmos que já pagaram as anteriores crises a pagar mais, daí a importância da aprovação desta Moção que condena o rumo que o governo PS\PSD está a dar ao país nesta altura de crise, os cidadãos do Cartaxo devem saber que os seus eleitos locais não compactuam com esta forma de governar o país.

25/06/2010

3



anexo 4

Y. @
ful

MOÇÃO

Desde as eleições de Outubro de 2009 que o Executivo PS tudo tem feito para não responder a questões que legitimamente os Partidos da oposição têm colocado no exercício das funções para os quais foram eleitos. Lembramos aqui que os eleitos directamente para este órgão são maioritariamente da Oposição e que os Cidadãos através dos seus representantes têm o direito legal de ver respondidas as questões colocadas e cujos prazos legais de resposta já se encontram ultrapassados, em resumo e pecando por defeito, perguntamos porque é "Segredo Municipal" e só do conhecimento do Executivo:

- As listagens mensais de horas extraordinárias por funcionário/serviço,
- as listagem de avenças e recibos verdes da Autarquia,
- o estudo científico que motivou o abate de árvores no Parque Central do Cartaxo,
- o procedimento que originou o convite ao capitão engº Felisberto, colega de armas do actual vice presidente, para emissão de um documento de avaliação do Campo da Feira
- o despacho do Sr. Vice Presidente, que serviu como justificação, para renovação de uma avença a um topógrafo,
- ou a razão porque não está publicada como é de lei, a lista nominativa de pessoal, no site da autarquia.

Sem resposta concreta continuam também questões colocadas através da Srª Presidente da A.M., nomeadamente o esclarecimento da seguinte situação, para nós até agora incompreensível:

- Dado que no dia 12/01/2010 em reunião de Câmara foi deliberado adjudicar à firma Confiseg, Ld.^a pelo valor de 130.000,00€+ IVA, o fornecimento de serviços de elaboração do projecto de arquitectura e especialidades referente ao futuro Centro Escolar do Cartaxo;
- no dia 02/02/2010 foi assinado contrato com a firma Confiseg, Ld.^a para o referido serviço, o qual teria como prazo para elaboração de projecto 332 dias;
- no dia 27/04/2010 foi levado à reunião de Câmara para deliberação, o Acordo de Regularização de Dívida com a firma Confiseg, Ld.^a, sem indicação de documentos de suporte, apontando para um ARD de 148.200,00€ mais juros de 2590,62€.
- Como surgiu então o valor de 148.200,00 € nos A.R.D. quando o valor dos procedimentos é de 156.000,00 €?
- Como estava já vencida em 27/04/2010, facturação para serviços cujo prazo de execução é de 332 dias?

26/04/2010

(4)

Em prol da divisão de poderes, pilar fundamental para o normal funcionamento da Democracia, em prol do cumprimento da Lei a que todos somos obrigados e mais ainda os eleitos para cargos políticos, em prol do desenvolvimento do nosso Concelho, propomos que seja votada esta moção que exorta para que se cumpra a Lei no Concelho do Cartaxo.

Não aceitamos formas não democráticas de exercício da política, não aceitamos na nossa terra a ideia de triste memória de que "quem não está comigo, está contra mim". Foi essa a ideia base que afastou Portugal da Lei Internacional durante décadas e é essa a ideia base que está a afastar o Cartaxo da Lei Geral da República Portuguesa.

Do que tem afinal medo o executivo para não responder a estas questões?

Os deputados municipais
Pedro Mendonça / Odete Cosme



Amexos

cy.
Fm

**Grupo na
Assembleia Municipal
do Cartaxo**

MOÇÃO

Data: 29 de Junho de 2010

N.º de Páginas: 1

Assunto:

SOBRE OS MEGA-AGRUPAMENTOS ESCOLARES

A publicação da Resolução de Conselho de Ministros n.º 44/2010 de 14 de Junho visa integrar os actuais estabelecimentos de ensino público em Mega -Agrupamentos com um único órgão de gestão que controlará todos os níveis de ensino, desde o pré-escolar ao ensino secundário, com uma mega-secretaria e um mega chefe de serviços de administração escolar. Os nomes das Escolas desaparecem e é criada uma unidade de gestão onde haverá um só quadro de pessoal.

Lamento a atitude do M.E. e proponho uma moção de protesto relativamente à forma como este processo tem vindo a ser desenvolvido pelas DRES (Ministério da Educação).

Tem tentado formar estes Mega-Agrupamentos em surdina, no segredo dos deuses, sem ouvir professores, alunos, pais, Conselhos Municipais de Educação, tendo convocado apenas os directores das escolas e agrupamentos para resolver a questão, numa aparente tentativa de diálogo.

Equipamentos de ensino constituem uma componente fundamental na promoção de desenvolvimento sustentável e integrado nas suas diversas dimensões. Sendo simultaneamente instrumento de qualificação e valorização de centros urbanos e instrumento de equidade e qualidade de vida das populações.

Assim, é de repudiar a atitude do Ministério da Educação que não levou em consideração, nem sequer auscultou, as opiniões das comunidades educativas.



Ameco P

**Grupo na
Assembleia Municipal
do Cartaxo**

MOÇÃO

Data: 29 de Junho de 2010

N.º de Páginas: 1

Assunto:

REVISÃO DA CARTA EDUCATIVA DO CARTAXO

A publicação da Resolução de Conselho de Ministros de 14 de Junho, visa agregar os actuais estabelecimentos de ensino público em Mega -Agrupamentos com um único órgão de gestão, que ficará sediado na Escola Secundária e controlará todos os níveis de ensino ,do pré-escolar ao secundário, o que vai levar a procedimentos de criação, alteração e extinção das actuais escolas públicas.

É assim imperioso que a nossa Carta Educativa, venha a ser actualizada e adaptada às diferentes realidades.

Assim, proponho que o instrumento de trabalho "Carta Educativa", como documento dinâmico, que é, venha a ser revisto.

6



Ameyes
Cyj
Ful

**Grupo na
Assembleia Municipal
do Cartaxo**

MOÇÃO

Data: 29 de Junho de 2010

N.º de Páginas: 1

Assunto:

MOÇÃO

DOCUMENTAÇÃO PARA ASSEMBLEIAS DE FREGUESIA

Nos termos do disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 17.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, compete às Assembleias de Freguesia apreciar, em cada uma das sessões ordinárias, uma informação escrita do presidente da Junta acerca da actividade por si ou pela Junta exercida, no âmbito da competência própria ou delegada, bem como da situação financeira da freguesia, informação essa que deve ser enviada ao presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, com a antecedência de 5 (cinco) dias sobre a data de início da sessão.

De acordo com as informações de muitos autarcas eleitos nas Freguesias do concelho, esta prática não é uma realidade nas 8 Assembleias de Freguesia do concelho do Cartaxo.

Atendendo ao exposto, os Deputados do PSD na Assembleia Municipal do Cartaxo propõem que seja aprovado esta Moção, desafiando particularmente as Juntas de Freguesia lideradas pelo Partido Socialista a adoptarem e a cumprirem com este procedimento.

1



Ameco 8 Cy.
F. P. T.

**Grupo na
Assembleia Municipal
do Cartaxo**

MOÇÃO

Data: 29 de Junho de 2010

N.º de Páginas: 1

Assunto:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Alguns dias depois da cidade do Cartaxo ter comemorado o seu 15º aniversário e alguns dias depois da vila de Vila Chã de Ourique ter comemorado o seu 13º aniversário os Deputados do PSD na Assembleia Municipal do Cartaxo propõem que seja aprovado um Voto de Congratulação por esta efeméride, saudando cordialmente as suas populações, as suas colectividades e instituições.

Atendendo a que também Pontével festejará em breve a sua elevação a vila, pelo Decreto-Lei 10/91 de 26 de Julho, os Deputados do PSD na Assembleia Municipal do Cartaxo propõem que seja aprovado um Voto de Congratulação por este aniversário, saudando cordialmente a sua população, as suas colectividades e instituições.

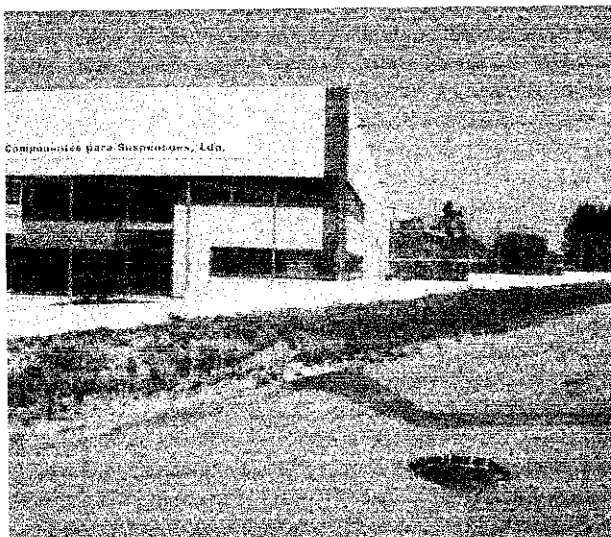
RECOMENDAÇÃO

medos

9
C
H

É com alguma preocupação que a CDU vê o estado da rede viária do concelho, e neste caso a situação que alertamos aqui, fica na freguesia do Cartaxo, na estrada que vai da Ribeira do Cartaxo para Santana. Junto da fábrica de suspensões existe uma tampa de um colector que está muito baixa em relação ao piso alcatroado e que pode originar acidentes, porque só se dá pela ratoeira mesmo em cima dela e se forem dois carros a passarem um pelo outro no local, não têm para onde desviar. No sábado de tarde estava o tractor da limpeza das fossas com a mangueira a limpar e uma carrinha da Câmara com material de apoio para arranjar. Foi a partir daí que constatámos o estado em que ficou a via. É sina daquela estrada continuar num estado deplorável, a promessa do arranjo referida pelo Sr. Presidente da Câmara, seria em Fevereiro que as obras arrancariam, só não disse qual era o Fevereiro. Aguardamos o arranjo rápido. Chama-se também a atenção para os vários passeis da cidade que tem as calçada levantadas, originando alguns acidentes aos peões que neles transitam.

Junto fotos que documentam a situação.



A Bancada da CDU